



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9189 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

“EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE”: O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO?

Maria da Penha da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não há financiamento

“EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE”: O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS POVOS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO?

Resumo:

Este trabalho resulta de uma pesquisa de doutorado em andamento visando compreender as estratégias de mobilizações indígenas no Estado de Pernambuco na busca pela Educação Superior. A relevância desse tema reside nos dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep, assim, indicando que os índices de matrículas de indígenas cresceram substancialmente em Pernambuco, chegando em 2019 a ocupar o terceiro no lugar no Brasil com o maior número de indígenas matriculados nesse nível de formação acadêmica. Trata-se de uma pesquisa etnográfica multilocal, parte presencial e parte digital devido ao atual contexto pandêmico. O presente trabalho tenta responder à seguinte questão: O que significa a Educação Superior para os povos indígenas em Pernambuco? Nossa análise pauta-se pela ideia de “Educação para manejo do mundo” do Antropólogo indígena Gerssem Baniwa, a qual nos remeteu à ideia de Paulo Freire no tocante à “Educação como prática da liberdade”. Os resultados preliminares indicam que a busca dos povos indígenas pela formação na Educação Superior em Pernambuco, situa-se num contexto de mobilizações indígenas mais amplas de cunho político pela garantia da autogestão e manutenção dos territórios, incluindo a assistência à saúde, educação específica e diferenciada, direitos, e outras tecnologias.

Palavras-chave: Povos indígenas; Educação libertadora; Educação Superior.

1. “Indígenas na Educação Superior como um dos caminhos para a liberdade

Embora devamos compreender a obra de Paulo Freire situada no seu tempo, em determinado contexto político, histórico e epistemológico, essa continua atual. Se nos propomos a refletir sobre Educação e povos indígenas não podemos ignorar que a existência desses povos nessa terra desde antes mesmo de ser chamada Brasil até os dias atuais é um exemplo da resistência e existência que “[...] ultrapassa o viver porque é mais do que estar no mundo.” (FREIRE, 1967, p. 40). O ser indígena, o ser sujeito da história é não apenas está no mundo, mas ser um ente de relações com o mundo e todos os seres nele existente! E são essas relações com o mundo que evocam pedagogias próprias para o “manejo do mundo” como bem falou o Gerssem Baniwa (LUCIANO, 2013). Seja o mundo indígena, seja o mundo

externo aos seus territórios.

Os povos indígenas na busca pela Educação Superior ressoam outras pedagogias que convergem com o pensamento freiriano quando reivindicam a liberdade de pensamento para criar, recriar, se reinventar como sujeitos em formação na coletividade dos chamados movimentos indígenas: como professores/as, como juventude, como mulheres, como antropólogos/as indígenas, que vislumbram a ocupação de outros espaços que outrora não estavam no seu horizonte. Dentre esses, a Universidade que atualmente se apresenta não só como um direito, mas, como uma necessidade devido às relações estabelecidas entre povos indígenas e as demais instâncias da sociedade nacional, (LUCIANO, 2019).

A busca pela Educação Superior como caminho para a liberdade, a autonomia e autossustentabilidade dos povos indígenas trata-se de um movimento recorrente em várias partes do mundo, nos Continentes: europeu, latino, norte-americano, asiático e africano. Cada um guardando suas especificidades e diversidade de demandas, as quais expressam a heterogeneidade desse movimento, (MATO, 2018).

Tratando-se da América Latina, existem registros desse movimento no México, na Colômbia, na Bolívia e, possivelmente, em outros países latinos, que remontam ao início da segunda metade do século passado, quando ocorriam outros movimentos sociais no mesmo período (HARDER; FREITAS, 2016). De forma geral, os povos indígenas na América Latina, ao longo das últimas décadas, vêm empreendendo esforços para romper com os modelos de educação formal que privilegiam os conhecimentos ocidentais. Nesse propósito, dentre outras ações, esses grupos vêm reivindicando qualificação profissional e intelectual por meio do acesso ao Ensino Superior de qualidade, conquistando a adesão de organizações não governamentais, dentre essas, a Unesco, e também de intelectuais indígenas, pesquisadores e pesquisadoras, e Instituições de Ensino Superior (IES) em vários países da América Latina. (MATO, 2016).

No Brasil, desde o fim da década de 1970 observou-se a presença de um pequeno grupo de indígenas Terena indo à Brasília reivindicar bolsas para ingressar na Universidade/UnB. Situação que se repetiu no início dos anos 1980, dessa vez com um grupo maior, porém, sendo reprimido logo em seguida pelo governo daquela época, João Figueredo, sob o argumento de que “Brasília era uma cidade atípica para índios”. (HARDER; FREITAS, 2016).

Com a homologação da Constituição de 1988, reconhecendo o Brasil como um país pluriétnico, garantindo o direito à diferença étnica dos Povos indígenas, obrigando o Estado brasileiro a demarcar as Terras Indígenas gerou novas demandas políticas para essa parte da população e para o Estado. Uma dessas foi pela formação de professores/as para atuarem nas escolas indígenas, assim, sendo criados cursos de Magistério Indígenas. Posteriormente, a Licenciatura Intercultural Indígena e outras graduações e instituições específicas. Outro movimento foi pelo acesso à cursos universais nas instituições convencionais, e em outras áreas de conhecimentos que possibilitasse formações profissionais necessárias para atuarem nos territórios indígenas e para além desses, no diálogo com o Estado e com a sociedade envolvente. (NASCIMENTO, 2019; LUCIANO, 2019).

Com esse propósito, nota-se que ao longo dos últimos 30 anos os Cursos e Instituições de Educação Superior específicas para indígenas, cotas e reservas de vagas, e políticas de assistência estudantil vem se constituindo como importantes avanços atribuídos às mobilizações e articulações políticas empreendidas pelo Movimento indígena. (LUCIANO, 2019). E os resultados positivos no âmbito da procura por essa etapa de formações acadêmica é notável no crescente número de matrículas desse público estudantil na última década. Conforme mostrou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

Teixeira/Inep, em 2011 eram 9.756 indígenas matriculados/as, e gradativamente chegaram em 2019 com 56.257. O estado de Pernambuco se destacando como o terceiro a contar com maior número de indígenas matriculados nos Cursos de graduação.

2. Indígenas na Educação Superior em Pernambuco: das iniciativas individuais às ações coletivas

Em 19 de abril de 2006 o povo Pankararu/PE ocupou espaço em vários meios de comunicações televisivos, impressos e virtuais com a notícia sobre a primeira Doutora indígena no Brasil. Maria das Dores de Oliveira defendera a Tese de Doutorado intitulada como *Ofayé, a língua do Povo do Mel*. No Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas. Embora tenha cursado Pedagogia e o Mestrado nesta mesma instituição, Maria Pankararu (assim é conhecida) iniciou sua vida acadêmica em 1986 cursando a Graduação em História pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA localizada na Região do Semiárido Pernambucano.

Naquela época não havia a diversidade de Instituições de Educação Superior na região onde habita o povo Pankararu e demais povos indígenas em Pernambuco como há atualmente, nem se cogitava a formação específica e diferenciada e políticas afirmativas. O diferencial era o apoio da Funai com bolsas de estudos e algumas vezes auxílio permanência, e nem todos/as estudantes indígenas eram contemplados/as. Semelhante ao que ocorria com as demais minorias sociais, cursar a Educação Superior era uma possibilidade de ascensão social e inserção no mercado de trabalho local. As Autarquias municipais era o caminho possível para alcançar esse objetivo.

As mobilizações coletivas em Pernambuco pela formação na Educação Superior ganharam forças concomitante ao movimento nacional. Embora, desde a décadas de 1970 o Movimento indígena reivindicasse um outro projeto de sociedade, vendo na escola essa possibilidade, e o número de professores/as indígenas viesse se avolumando no país, esses profissionais não tinham as habilitações exigidas. Em Pernambuco não era diferente, a defasagem nesse campo era imensa, quando quase 1/5 das pessoas que exercia essa função tinham apenas o Ensino Fundamental, e mais da metade tinham apenas o Magistério (Normal médio), e pouco mais de 5% tinha licenciatura. (ALMEIDA, 2017).

Vale ressaltar que o protagonismo da organização política dos/as professores/as indígenas em Pernambuco foi, e continua sendo importante na busca por qualificação acadêmica no âmbito das mobilizações coletivas. A formação da Comissão dos Professores/as indígenas de Pernambuco (COPIPE) tem sido fundamental nesse processo, (BARBALHO, 2007). Sua atuação no diálogo e negociações com o Estado possibilitou a implementação da formação do Magistério no nível médio e também a adesão ao Programa de Licenciatura Intercultural Indígena (Prolind), responsável pela formação na Educação Superior para aqueles/as professores/as que se encontravam em exercício da função sem habilitação. (ALMEIDA, 2017).

Contudo, além das turmas da Licenciatura Intercultural não atender a toda demanda de formação para professores/as indígenas nesse estado, semelhante às outras regiões, os povos indígenas em Pernambuco seguem buscando outras licenciaturas e graduações que possam atender outras áreas de conhecimento. Nessa direção, com a expansão universitária, e a interiorização das instituições de Educação Superior públicas, o número de indígenas frequentando os cursos de graduações vinha crescendo significativamente até o ano de 2018 contando com o total de 5.561 indivíduos. Esse número em grande parte ainda corresponde às matrículas no setor privado, mas, em 2019 houve uma redução nestas matrículas enquanto cresceram nas instituições públicas. Sobretudo nos Institutos Federais de Educação e Tecnologias situados na Região do Semiárido, onde Pernambuco se destaca com o maior

número de indígenas nos cursos de graduações, grande parte nas Licenciaturas.

3. Significados da Educação Superior para os povos indígenas em Pernambuco: Resultados preliminares

Ao que se percebe na produção acadêmica sobre os processos de escolarização indígena na contemporaneidade no Brasil, seja na Educação Básica, seja na Superior, sobretudo nos trabalhos dos intelectuais indígenas Rita Nascimento – Potyguara/CE (2006; 2009; 2019) e de Gersem Luciano - Baniwa/AM (2013; 2019) é a busca por uma educação libertadora. Livre dos estereótipos e preconceitos enraizados nas instituições e na sociedade. Nesse propósito reafirmam a defesa de processos educacionais formativos de uma consciência de si como parte de um coletivo étnico e social inserido no mundo, e precisa dialogar com este e intervir neste. Onde a educação formal não anda dissociada de outras demandas política, como, direito ao território, saúde, autossustentabilidade, dentre outras.

A partir da etnografia *multissituada* (MARCUS, 1995; PERRET, 2011), observa-se que os/as estudantes indígenas em Pernambuco estão articulados/as às mobilizações políticas regionais e nacionais, participando ativamente dos eventos que dizem respeito às demandas acadêmicas e também políticas. Observa-se também que grande parte dos/as indígenas que estão à frente dessas mobilizações são oriundos das escolas indígenas, ou do Movimento indígena.

Isso nos leva a compreender que a Educação Superior para os povos indígenas em Pernambuco significa mais que a promoção pessoal do indivíduo. Quando esse ingressa na Universidade e acionam sua identidade étnica está também acionando o compromisso político com o seu povo. A sua formação anterior, seja no Movimento, seja na escola indígena o preparou para ter consciência de si, do estar no mundo e da necessidade de intervir neste, como bem nos ensinou Paul Freire com: “Educação como prática da liberdade”. (FREIRE, 1967).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Eliene A. de. A interculturalidade no currículo da formação de professoras e professores indígenas no Programa de educação intercultural da UFPE/CAA - Curso de Licenciatura Intercultural. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2017. (Tese de Doutorado em Educação).

BARBALHO, J. Ivamilson Silva. *Saberes da prática: tempo, espaço e sujeitos da formação escolar entre professores/as indígenas no Estado de Pernambuco*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2007. (Dissertação de Mestrado em Educação).

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2018. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso: 26/11/2019.

FREIRE, Paulo. *Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Secad; Laced, 2006.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2013.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. *Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

MARCUS, George. **Ethnography in/of the world system: *The Emergence of Multi-Sited Ethnography***. Annual Review Anthropology, v. 24, 1995, p. 95-117.

MATO, Daniel; et. al. (Org.). *Educación superior y pueblos indígenas en América Latina: experiencias, interpelaciones y desafíos*. México: Universidad Nacional de Tres de Febrero; DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

MATO, Daniel. Educação Superior e Povos Indígenas: Experiências, Estudos e Debates na América Latina e em outras Regiões do Mundo. In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v.12 n.3, 2018. p. 29-56.

NASCIMENTO, Rita Gomes. Educação Superior, povos indígenas, colaboração intercultural: os espaços de participação de indígenas nas políticas educacionais brasileiras. In: MATO, Daniel; et al. *Educación superior y pueblos indígena y afrodescendientes en América Latina*. Sáenz Peña, Universidad nacional de Tres de Febrero, 2019.

NASCIMENTO, Rita Gomes. *Educação escolar dos índios: consensos e dissensos no projeto de formação docente Tapebas, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé*. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006. (Dissertação de Mestrado em Educação).

NASCIMENTO, Rita Gomes. *Rituais de resistência: Experiências Pedagógicas Tapeba*. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. (Tese de Doutorado em Educação).

PERRET, Gimenta. Territorialidad y práctica antropológica: desafíos epistemológicos de una antropología multisituada/multilocal. *Revista KULA. Antropólogos del Atlántico Sur*, n.4, Abril 2011, p. 52-60.